



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141458 - SC (2021/0013472-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : G I
ADVOGADO : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM - SC011253
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CORRÉU : D DA S
CORRÉU : O DA S L
CORRÉU : M A M
CORRÉU : D F R
CORRÉU : P C M

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por G I contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5040957-17.2020.8.24.0000).

A recorrente está presa preventivamente e foi denunciada pela suposta prática dos delitos previstos no art. 157, § 2º, inciso II e V, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, em concurso formal.

Alega que possui 1 filha menor de 12 anos de idade, preenchendo, dessa forma, os requisitos previstos no art. 318, incisos III e V, do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar, ainda que mediante o uso de tornozeleira eletrônica.

Afirma ser primária, de bons antecedentes, possuir ocupação lícita e residência fixa, predados que a autorizariam a responder solta a presente ação penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas ou o deferimento de prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* impugnado o relator consignou que (fls. 605/606):

Neste aspecto, menciona-se que a paciente possui apenas 22 anos de idade, mas apresenta diversos registros criminais desde a menoridade. Como bem sopesado na decisão que decretou a prisão preventiva, G. I. foi apreendida ao menos quatro vezes durante a adolescência e após a maioridade já responde pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Não bastasse, tem-se que as investigações do roubo apurado na origem mostraram que ela continua, em tese, a desenvolver o comércio espúrio de entorpecentes, fato observado das conversas legalmente interceptadas.

A reiteração de condutas criminais com tão pouca

idade, mostra uma personalidade distorcida dos padrões de civilidade e denota sua periculosidade acentuada, o que serve como justificativa da necessidade da prisão preventiva com vistas à garantia da ordem pública.

No ponto, registra-se não só o risco de reiteração da conduta, mas também a gravidade em concreto do crime de roubo imputado, pois G. I. e seus comparsas invadiram propriedade alheia, renderam uma família inteira e com uso de violência e grave ameaça subtraíram diversos bens e valores.

[...]

Com relação ao pedido de prisão domiciliar baseado no artigo 318, incisos III e V, do Código de Processo Penal, registra-se que não há provas da indispensabilidade da paciente para com os cuidados da filha.

[...]

In casu, como visto anteriormente, o crime imputado à paciente envolve violência e grave ameaça, sendo que, inclusive, a gravidade concreta da conduta serviu para justificar a necessidade da prisão preventiva.

Logo, percebe-se que o delito supostamente praticado pela acusada, por si só, impede a concessão do benefício aqui postulado.

De mais a mais, é bom frisar que o delito teria sido praticado durante a madrugada - por volta de 1h30min -, ou seja, a paciente abandonou sua filha de apenas 4 anos de idade para praticar o crime, sugerindo que há outros responsáveis pela menina e não somente ela.

Desta forma, sem maiores delongas, verificada a legalidade da prisão preventiva e a impossibilidade da prisão domiciliar, torna-se inviável a concessão da ordem como pretendida.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência